

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 05 – Sociologia na Educação Básica

**CLUBE DA LEITURA DE SOCIOLOGIA: LEITURA E REFLEXÃO SOBRE
A ESCRAVIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Thiago Fernandes Pereira¹

INTRODUÇÃO

A pensamento social brasileiro e sua tradição, sobretudo aquela que se desenvolve a partir da década de 1930, dos quais os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e de Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala*, constituem as mais significativas referências, trouxe diversos legados no sentido de oferecer compreensões a respeito de nossa identidade, característica e singularidade enquanto sociedade. Todavia, é possível afirmar também que a respeito da escravidão, instituição que perdurou por mais de três séculos de forma oficializada e como um dos fundamentos estruturais da economia, esses mesmos autores, ainda que tenham falado, não se dedicaram a analisar as características e legado que as marcas da escravidão poderiam ainda significar para entender o Brasil atual.

Apesar de autores como Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (2021), denunciar o projeto que não integrou o negro na sociedade capitalista, e de Darcy Ribeiro (2006) que chamou atenção para o intransponível abismo econômico e social

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus Cascavel. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Quedas do Iguaçu. Agência financiadora (PAIPE/IFPR). E-mail: thiagofsp.20@gmail.com.

entre negros e brancos como consequência direta do processo de escravização, é salutar resgatar a provocação recentemente trazida por Souza (2017), para quem, falar sobre a escravização, não necessariamente significaria compreender suas estruturas, bem como as formas de superar suas consequências.

A obra de Gilberto Freyre, sobretudo em *Casa grande e senzala*, pode ser tomada como um exemplo dessa característica. Nela, a escravização é abordada, detalhada em seu cotidiano, no entanto, os fundamentos estruturais, suas consequências na estrutura social, não trazidas à tona. Durante décadas inclusive, sua leitura foi associada como uma forma de compreender a sociedade brasileira a partir de uma perspectiva consensual, entendida na ideia do mito da “democracia racial”.

Como observam Moura e Silva (2015), Gilberto Freyre nunca disse ou escreveu textualmente o termo “democracia racial”, todavia atribui-se a ele a sistematização da ideia da existência de uma suposta democracia racial, no sentido de que, em sua tentativa de questionar o racismo científico difundido no século XIX, que percebia a miscigenação como um fator negativo, em escala de importância, abaixo da sobreposição hierárquica das supostas “raças” humanas, como postulava-se à época. Freyre, na tentativa de questionar tais teorias, teria enfatizado como aspecto positivo da cultura brasileira nossa miscigenação. Entretanto, se por um lado, sua teoria foi capaz de tornar nossa miscigenação um aspecto do qual nos orgulhamos, por outro acabou por suscitar uma imagem idílica do Brasil colonial e da sociedade escravocrata, sugerindo que a escravização no Brasil teria sido menos ruim que em outras sociedades.

Recentemente tem sido perceptível nas ciências sociais no Brasil, a existência de trabalhos como os de Souza (2017; 2021), que objetivam desenvolver releituras a respeito de como a escravização de seres humanos, realizada no Brasil entre os séculos XVI e XIX, pode ser compreendida e de seu legado para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Essas novas produções chamam atenção para o fato de que, apesar de ter sido muito explorada na literatura, na cultura, mesmo nos meios de comunicação de massa (por exemplo em novelas e filmes), a instituição de escravidão - a escravização de seres humanos - ainda não foi devidamente aprofundada e analisada como uma relação econômica, social e cultural que instituiu em nossa estrutura social por exemplo a “naturalização” de privilégios das desigualdades.

Desde os anos 1980 a historiografia e a tradição sociológica brasileira, têm questionado esta perspectiva, tentando compreender como as consequências deixadas pela escravização estão além do aspecto econômico e deixam consequências até os dias atuais. buscam desenvolver enfoques diferentes sobre como pensar o grave processo histórico, social e humano que foi a escravidão, um processo de escravização de seres humanos, no Brasil legalizado e legitimado por mais de trezentos anos e como todo este processo moldou não apenas o tipo de sociedade, mas também, todo um inconsciência coletivo que naturalizou por séculos a desumanização, a separação familiar, a humilhação e a completa negação dos direitos mais elementares a toda uma parte da população brasileira e como este fato repercutiu no Brasil contemporâneo.

Destaca-se neste processo, a necessidade de atentar para o fato de que, em que pese o fato de ter sido lembrada ou mesmo nomeada, nas artes, na literatura e mesmo nos meios de comunicação de massa (como novelas ou filmes por exemplo), o processo de escravização carece ainda de ser analisado pelas ciências sociais brasileira a partir da magnitude de suas consequências, que podem ser percebidas ainda atualmente na estrutura socioeconômica, política e cultural do Brasil, uma vez que contribuiu para moldar a “naturalização” das desigualdades.

Um exemplo dessa tentativa contemporânea de aprofundar-se nesta questão, é o conceito de “racismo estrutural”, proposto por Almeida (2019), que observa a necessidade de entender o racismo como um fenômeno de tal maneira entranhado em nosso modo de ser enquanto formação social que, estando em diversos e distintos níveis das manifestações sociais, constitui-se como uma regra, dentro de um contexto social que se construiu sendo racista.

Neste trabalho, entende-se que as características da estrutura social que instituiu o Brasil contemporâneo, com suas mazelas sociais, econômicas, as desigualdades entre a população negra e o restante da população, o qual os índices relativos à população de pessoas pretas ainda são significativamente desfavoráveis, sejam nos indicadores sociais, econômicos e mesmo os de segurança pública, uma vez que presenciamos ainda hoje um extermínio sistemático de jovens pretos, em sua maioria moradores de áreas periféricas e desassistidos pelo poder público e pela atenção da sociedade.

Estas características presentes no Brasil de hoje, constituem ecos de uma sociedade que foi moldada historicamente e socialmente na maior parte do tempo de sua existência por um sistema de organização econômica e social que transformou seres humanos em mercadorias.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de entender a relação da escravização de pessoas praticada entre os séculos XVI e XIX, que condicionou a criação de desenvolvimento do conjunto das instituições e do imaginário coletivo brasileiro. A escravidão, apesar de ter sido descrita por autores de ciências sociais brasileira como por exemplo, em Freyre (2006), só tem passado e ser discutida enquanto questão social mais ampla em sua dimensão, legado e consequências, nos trabalhos de Ribeiro (2006) e Souza (2017; 2021).

Considerando esta necessidade, bem como a instituição da Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro brasileira, entendemos que, os princípios deste marco regulatório se aplicam não apenas para o ensino, mas também para a releitura, sob a perspectiva da história do negro, ex-escravizado, e de como seus direitos historicamente negados, constituem consequências das marcas da escravização aqui praticada, oficializada e institucionalizada por séculos.

METODOLOGIA

Como observa Souza (2017), a produção histórica e sociológica sobre a escravidão foi significativamente plural no sentido de mencionar e nomear a escravidão na formação histórica do povo brasileiro, no entanto, nomear não necessariamente significou estudar ou analisar as consequências dessa instituição social.

A partir da constatação desta necessidade imperiosa de promover uma compreensão mais qualificada e aprofundada deste fenômeno sociologicamente relevante para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea, este projeto pretende possibilitar aos estudantes a oportunidade de compreender com mais profundidade tal temática.

A partir da discussão desta temática, pretende-se evidenciar como, o processo histórico e social que promoveu a comercialização de seres humanos, realizada de forma sistemática por mais de três séculos e sua chegada ao Brasil como mão de obra, coisificada, destituída de qualquer característica humana, constituiu-se, na sociedade católica, um processo complexo de desumanização seletiva de seres humanos, deixa um considerável legado na constituição social, política e cultural de uma sociedade como a brasileira.

Dessa forma, estudar o processo de escravização e desumanização de seres humanos ocorrido durante os séculos XV e XVIII, constitui uma forma de compreender elementos

presentes no Brasil contemporâneo, como o racismo estrutural, que constitui elemento singular na compreensão da sociabilidade brasileira.

A metodologia utilizada neste projeto de ensino foi constituída de análise teórica e bibliográfica da primeira obra escolhida, o livro: "Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares", de Laurentino Gomes.

Como observa Severino (2007), a realização de uma pesquisa bibliográfica se caracteriza pelo uso dos registros disponíveis, sobretudo do registro de documentos acadêmicos como livros, artigos e teses, utilizando-se nela, também, as categorias teóricas dos autores já registradas por outros autores.

A PERCEPÇÃO DA ESCRAVIDÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A história hegemônica do Brasil, narrada sob a perspectiva dos colonizadores europeus, se inicia no século XVI com a chegada dos navegadores portugueses. O processo que se sucede a este fato, constitui-se de seguidas tentativas de exploração comercial das matérias primas disponíveis no território com vistas a seu envio para a metrópole em Portugal.

Devido à escassez de mão de obra que tornasse viável a exploração dos recursos naturais, a utilização da escravização de seres humanos tornou-se um artifício utilizado, crescentemente a partir de meados do século XVI, que nos séculos seguintes expandiu-se significativamente a ponto de população de escravizados tornar-se maior que a de pessoas livre, como também moldou o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Existindo por cerca de três séculos, a economia e sociedade escravocrata brasileira, moldou as instituições, o jeito de ser e de se relacionar, o inconsciente coletivo, no sentido de associar as pessoas negras escravizadas a determinadas características. Mesmo com sua interrupção legal, instituído por meio da Lei Áurea, em 1888, tanto a lei, quanto o contexto imediatamente posterior, não se preocuparam em pensar medidas permanentes de transição dos trabalhadores até então escravizados para uma economia de trabalho livre, bem como não discutiu qualquer medida de reparação histórica ou compensação dos trabalhadores que nos séculos anteriores haviam sustentado a economia brasileira.

No campo das ciências sociais especificamente, as primeiras referências aos estudos da escravização de seres humanos e de suas consequências para compreender o Brasil contemporâneo se deram de forma gradual.

No Brasil, uma das principais referências quando se trata de obra historiográfica e sociológica que se empenhou no estudo das relações escravocratas e seu papel na formação do Brasil foi o clássico livro: *Casagrande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933. Esta obra, em sua época se mostrou importante por romper com o viés racista, ainda muito presente na intelectualidade brasileira, que à época tinha autores que reivindicavam uma suposta inferioridade biológica e social dos negros, por exemplo e a defesa da chamada “política de embranquecimento”, que excluía os negros de qualquer projeto humano e civilizado de sociedade.

A obra de Gilberto Freyre, desloca a discussão do plano biológico, refutando as teorias racistas e abertamente segregacionistas para localizar as diferenças no plano cultural, elemento que à época, se mostrou importante para a valorização do negro no desenvolvimento da sociedade brasileira, ainda que, para isto, retratasse o cotidiano do processo de escravização no Brasil como supostamente menos bélico ou violento do que em outros países que também desenvolveram o regime de escravização como principal meio de mão de obra. Algumas décadas depois, no entanto, o argumento de Freyre, foi – e até os dias atuais ainda é – questionado por expor as relações do regime escravocrata sem esclarecer as contradições inerentes a ele. De acordo com Melo (2009), a obra de Gilberto Freyre em *Casa-grande e senzala*, foi ora reverenciada como obra inovadora, que apresentava genuinamente o Brasil, ora denunciada como exposição reacionária e romantizada de nossas mazelas, sendo percebida até os dias atuais sob este prisma.

No contexto das produções das ciências sociais que efetivamente buscaram desenvolver análises críticas a respeito do legado da escravização para a compreensão da sociedade brasileira atual, podemos destacar: *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan Fernandes, nesta obra, o autor questiona o chamado “mito da democracia racial”, sugerido pela obra de Freyre, mostrando por meio de pesquisas empíricas, como o contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no contexto do capitalismo moderno brasileiro, se deu sem qualquer forma de projeto para que os ex-escravizados pudessem ser incorporados à condição de operários no trabalho livre, deixando claro o drama que foi, para o negro, sem qualquer incentivo ou condição de se incorporar à educação e ao trabalho livre, sendo sumariamente substituído pelo imigrante e abandonado pelas elites e pelo Estado.

A obra de Fernandes (2021), escrita ainda na década de 1960, foi uma das primeiras a analisar as consequências dos séculos de escravidão e da ausência de um projeto de inclusão da antiga população escravizada no contexto do trabalho livre e assalariado no Brasil.

Florestan Fernandes em sua análise, observou como a marginalização e a não integração do negro até então, escravizado ao contexto do trabalho assalariado não se tratou de um acidente histórico ou de uma coincidência, mas tratou-se diretamente da constituição de uma política deliberada do Estado e da burguesia nacional no fim do século XIX, que preferiu buscar mão de obra para o trabalho livre entre os imigrantes, em sua maioria europeus, abandonando assim o negro - que se viu negado da opção de trabalhar ou estudar - à marginalização e à sua própria sorte. Este contexto, ajuda a explicar nosso processo de exclusão e desigualdade que temos ainda hoje.

Mais recentemente *A elite do atraso: da escravidão à lava-jato*, de Jessé Souza, aborda como a escravidão, mais do que uma instituição de caráter econômico, foi também uma condição que moldou todas as instituições sociais, como a família, religiosidade, percepção do outro, observando como a desumanização foi condição necessária à realização do trabalho escravizado. E nesse sentido, uma sociedade e especificamente, uma elite que durante séculos “aprende” a desumanizar completamente o escravizado, ignorando seus direitos mais elementares, carrega essas mais marcas, mesmo após a interrupção legal deste modo de trabalho, deixando resquícios até os dias atuais, que ajudam a compreender como esta mesma elite, ainda hoje se comporta, de um lado, como se os pobres ainda fossem, em sua percepção, pessoas sem qualquer direito, e de outro, naturalizando e privatizando seus privilégios históricos.

Outro autor que mais recentemente resgata a perspectiva de compreender o Brasil a partir da negação dos direitos desumanização, primeiro do escravizado e depois dos pobres em geral, por parte da elite e que também observa a escravidão como a principal instituição para nos explicar atualmente é Souza (2017), que argumenta que, mais do que um arranjo econômico e produtivo, a escravidão é uma instituição que permeia relações sociais e visões de mundo, logo, mais do que prover uma forma de produção, ela desenvolve também uma visão de mundo no inconsciente coletivo nacional, a de que o escravizado não tem direitos, não é gente, portanto, poderia ser coisificado, desumanizado, percebido como sujeito despossuído e desmerecido de direitos.

A escravidão cria, mais do que um sistema econômico de produção, cria também teria criado uma percepção social depreciativa e desumanizadora do escravizado, de que ele

poderia ser objetificado e por isto, desumanizado. E para compreender o Brasil de hoje, em seu entendimento, seria preciso identificar o papel central da escravidão na criação de todas as demais instituições, algo que teria sido pouco ou nada explorado pelos historiadores ou intelectuais brasileiros: “No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (Souza, 2017, p. 40).

Nesta configuração de produção de uma sociedade, todas as camadas e instituições sociais, contribuiriam para a manutenção dessa característica, como também as demais esferas da vida social e política constituiriam influências diretas do contexto de reprodução das relações escravocratas, mesmo após o fim - oficial - do regime de trabalho escravo.

Outro grande pensador da sociedade brasileira, Darcy Ribeiro, também identificou as mazelas e as consequências de uma sociedade que se moldou com o trabalho escravo e conseqüentemente, de uma elite que se familiarizou em explorar os mais pobres e mais fracos, fator que teria tornado a elite brasileira não apenas distante dos pobres, mas completamente avessa a qualquer forma de ampliação da democratização social.

Este fator é relevante em sua compreensão de como o Brasil se organiza ao longo da história enquanto sociedade. Se para ele, por um lado, constituíamos uma significativa potencialidade enquanto povo constituído de maneira singular e única, por outro lado, conhecemos desde sempre e a violência e a exploração da elite contra os pobres, sejam eles os escravizados do passado, ou os pobres do Brasil atual.

Ribeiro (2006), observa como as marcas de uma relação escravocrata continuam entre nós ainda hoje, íntegras no inconsciente coletivo - sobretudo da elite -, mesmo após mais de um século da abolição:

Não podia ser de outro modo no caso de um patronato que se formou lidando com escravos, tidos como coisas e manipulados com objetivos puramente pecuniários, procurando tirar de cada peça o maior proveito possível. Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização das relações de trabalho (Ribeiro, 2006, p. 195).

O arranjo socioeconômico criado e reproduzido pelas características de uma sociedade escravista, ajuda a sedimentar no imaginário coletivo, a naturalização de uma sociedade desigual, sem nem sequer ser, questionada e/ou criticada.

Mais recentemente o escritor Laurentino Gomes, em sua trilogia *Escravidão*, tem, em seus escritos, tentado desenvolver compreensões de caráter histórico, social e político sobre a escravidão, não apenas como evento histórico, mas também e sobretudo como uma instituição social que moldou, orientou organizou o Brasil do passado e do presente, ainda que este esteja mais ligado à literatura do que propriamente às ciências sociais.

Dessa forma, este projeto de ensino, busca explorar no conjunto da produção das ciências sociais brasileira esta produção desenvolvida, com o objetivo de possibilitar aos estudantes (participantes do projeto) conhecer com maior detalhamento e profundidade teórica tais obras e os contextos sociais, históricos e políticos analisados por elas.

ATIVIDADES REALIZADAS

Nesse sentido, partindo da constatação desta necessidade, de desenvolver a promoção de uma discussão e compreensão mais aprofundada, detalhada da instituição da escravização de seres humanos como elemento social que ajudou a moldar o Brasil que temos atualmente, apresenta-se a seguir, o relato da experiência de um projeto de ensino realizado do componente curricular de Sociologia voltados para os cursos de ensino médio técnico, na modalidade integrada no campus Quedas do Iguaçu, do Instituto Federal do Paraná (IFPR), desenvolvido no ano de 2023, voltado ao estudo e compreensão da escravização e suas consequências para a sociedade brasileira.

O projeto de ensino aqui apresentado, pretendia reunir estudantes e servidores com o objetivo de promover leituras coletivas a partir de uma bibliografia que contemplasse o estudo do processo de captura dos negros ainda no continente africano, das viagens nos navios negreiros, das condições em que chegavam os escravizados no Brasil, sua vida na condição de escravizados, suas lutas por libertação e resistência, o processo de abolição, aqui realizado sem qualquer discussão de integração efetiva da população afro brasileira e o como o processo de escravização deixou no Brasil contemporâneo.

Como o público-alvo do projeto era composto por estudantes de 15 a 17 anos, que cursavam o ensino médio, na escolha do primeiro livro a ser lido e discutido, foi priorizada pela simplicidade e acessibilidade de sua linguagem, no sentido tornar a leitura fluida e atraente para o público, que não necessariamente eram estudantes da área de ciências sociais. As rodas de leitura se iniciaram com a leitura do livro: "Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares", volume I, de Laurentino Gomes.

A característica acessível e fluida deste livro, que expunha os fatos históricos de maneira clara e compreensível, foi de grande valia, contribuindo assim para a continuidade do projeto e engajamento dos participantes, uma vez que conseguiam entender os fatos e processos históricos que muitas vezes não eram tão claros nas aulas expositivas de História ou Sociologia por exemplo.

Durante os encontros do projeto, eram realizadas sessões de leitura, que poderiam ser pausadas cada vez que houvesse uma dúvida ou incompreensão por parte dos integrantes, ou mesmo para solucionar uma curiosidade histórica, o que possibilitou a melhor compreensão de determinados acontecimentos e fatos ligados ao contexto vivenciado pelas sociedades que viviam no continente africano até a chegada dos europeus, bem como, sobre a travessia das pessoas capturadas e levadas nos navios negreiros, os chamados “tumbeiros”, na condição de escravizados em sua dolorosa condução para a América portuguesa, bem como das respectivas condições dos que conseguiam aportar no Brasil ainda com vida.

Nos encontros do projeto, as pausas nas leituras objetivavam ainda a contextualização geográfica dos acontecimentos narrados na leitura do livro. Os encontros eram realizados quinzenalmente. Em cada encontro era desenvolvida em geral, a leitura de um capítulo do livro. Além das leituras coletivas, intermediadas por discussões e contextualizações históricas e sociais, eram desenvolvidas também, a produção de resenhas escritas e resumos desenvolvidos por dois estudantes participantes do projeto, que recebiam bolsa, financiada pelo Programa de Apoio à Implementação de Projetos de Ensino (PAIPE), mantida pelo IFPR.

Após os primeiros encontros dedicados unicamente à leitura coletiva dos capítulos do livro: “Escravidão”, volume I, foi iniciado também o desenvolvimento de um ambiente virtual (blog) para socialização e divulgação das atividades e discussões desenvolvidas nos encontros presenciais em conjunto com os estudantes que recebiam bolsa. O ambiente virtual abrigou as resenhas desenvolvidas pelos participantes, bem como um pequeno resumo e contextualização do projeto.

Como primeiro resultado efetivo do projeto foram desenvolvidas pelos estudantes bolsistas do projeto e supervisionada pelos proponentes. Neste sentido, destaca-se a oportunidade e desenvolvimento compreensivo dos estudantes participantes que tiveram a oportunidade de não apenas se inteirar das leituras e discussões, como também de apropriarem-se da temática analisada durante as tarefas de desenvolvimento das resenhas.

Como segundo resultado efetivo temos o desenvolvimento de um ambiente virtual destinado à divulgação, compartilhamento e difusão de parte dos conhecimentos e discussões desenvolvidos pelo projeto. O blog “Projeto de ensino IFPR”. O blogo ficou disponível por um ano para os estudantes acessarem.

Conforme observa a Imagem 01, temos a imagem da tela inicial do blog “Projeto de ensino IFPR”, onde encontraram-se dispostos por cerca de um ano, os ícones que levavam às resenhas dos capítulos do livro lido e analisado, bem como apresentam as características do projeto de ensino.

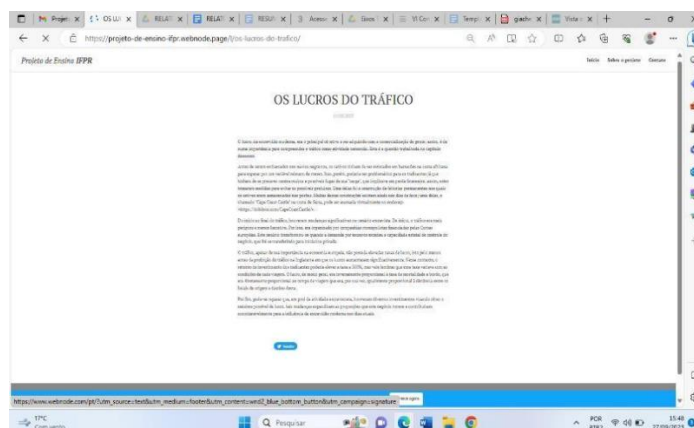
Imagem 01: Tela inicial do blog que divulgou as ações do projeto



Fonte: Autoria própria

Na Imagem 02, temos representação da tela do blog em que foi disponibilizada a resenha do capítulo “Os lucros do tráfico”, realizada pelos estudantes e supervisionada pelo professor, disponibilizada para todos os estudantes tomarem conhecimento.

Imagem 02: Uma das resenhas desenvolvidas durante o projeto



Fonte: Autoria própria

O projeto de ensino contou com o fomento de um programa institucional chamado Projeto de Apoio à Implementação de Projetos de Ensino (PAIPE), sendo contemplado com duas bolsas de estudos pagas a dois estudantes participantes do projeto, que teve dois estudantes participando na condição de bolsistas – tendo por esta condição, maior responsabilidade na leitura, produção de resenhas e alimentação do ambiente virtual – e os demais estudantes participaram do projeto na condição de voluntários. No total, o projeto contou com a participação de 03 professores e 07 estudantes da instituição.

Ao final do ano de 2023, foi finalizado o processo de leitura compartilhada do primeiro livro. A experiência obtida pelo desenvolvimento do projeto, se mostrou positiva, no sentido de que possibilitou o detalhamento e aprofundamento de um tema, presente no componente curricular de História, de Sociologia no Ensino médio, e, como preconiza a Lei 10.639/03, deve constituir tema a ser abordado nas aulas e que, por conta da limitação de tempo, tornam-se difíceis de serem aprofundadas durante as aulas regulares.

CONCLUSÃO

Apesar das limitações e das dificuldades, a experiência da realização e implementação do projeto se mostrou consideravelmente oportuna e salutar no contexto das experiências de ensino e aprendizagem, uma vez que, possibilitou o aprofundamento de um tema, presente no componente curricular de Sociologia, e também em marcos regulatórios como as leis 10.639/03 e 11.645/08, que atentam para o estudo, a compreensão e o entendimento de

populações historicamente marginalizadas e destituídas da possibilidade de contar sua história.

A experiência do projeto de ensino, sinalizou que o aprofundamento das discussões sob a forma de leituras compartilhadas e comentadas, pode funcionar como um importante elemento na análise do desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo dos grupos sociais menos valorizados ao longo de nossa história.

E que a leitura coletiva, pausada e contextualizada pode servir como instrumento didático-pedagógico relevante e útil no sentido de possibilitar a aprendizagem da história não apenas da escravidão, mas da compreensão de como esta instituição ajuda a compreender os desafios e problemas presentes no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Ed. Pólen. São Paulo, 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. 6 ed. São Paulo. Contracorrente. 2021.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo. Global. 2006.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Vol.1. Rio de Janeiro. Globo livros. 2019.

MELO, Alfredo César. Saudosismo e crítica social em Casa-grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. Estudos Avançados, n°. 67, p. 279-296, 2009.

MOURA e SILVA, Matheus Lobo. Casa-Grande e Senzala e o mito da democracia racial. GT28: Pensamento Social no Brasil, 39º encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, 2015. Caxambu. Anais. São Paulo: Anpocs, 2015.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.

SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro. Leyá. 2017.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil?** Rio de Janeiro. Estação Brasil. 2021.

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “✓” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	Ok
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	Ok
Formato de papel A4	Ok
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	Ok
Fonte Times New Roman, tamanho 12	Ok
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	Ok
Espaço entre linhas de 1,5	Ok
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	Ok
Conversão do arquivo em .pdf	Ok